



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA VISTA DO SUL**

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 050/2022

Referência: Projeto de Lei do Executivo n.º 42/2022

Autoria: Poder Executivo

Matéria: Inclusão de ação no PPA e na LDO. Abertura de créditos adicionais especiais no orçamento de 2022 e indicação de recursos para cobertura aos créditos abertos.

Ementa: “Inclui Ações no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, abre créditos adicionais especiais no orçamento de 2022 e indica recursos”.

I. Relatório

Cuida-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Poder Executivo que está nesta assessoria jurídica, nos termos do art. 136, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa Legislativa e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

No caso em espécie, o PL propõe a inclusão de ação no Plano Plurianual – PPA (Lei Municipal n.º 1.048/2021), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei Municipal n.º 1.061/2021), autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2022 (LOA – Lei Municipal n. 1.067/2021) e indica recursos para dar cobertura aos créditos adicionais abertos.

As ações a serem inclusas dizem respeito à proteção animal; e arborização e melhorias dos passeios públicos. A proposta de abertura de crédito adicional especial se dá no montante de R\$ 27.000,00.

II. Considerações

De acordo com a Constituição Federal (CF), os Municípios têm competência legislativa nos termos do artigo 30, em especial em assuntos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA VISTA DO SUL

interesse local (inciso I) e na suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (inciso II).

O Projeto atende aos requisitos constantes da Constituição Federal e respeita a boa técnica legislativa, seu teor versa sobre assunto de interesse local, observando, desta maneira, o disposto no art. 30, I, da Constituição Federal.

Ainda, a Constituição Federal, em seu art. 167, estabelece:

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

[...]

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

A proposição em análise, prevê a inclusão das ações nas respectivas leis orçamentárias, PPA e LDO, e, considerando que a LOA – Lei Municipal n.º 1.067/2021, adota os anexos¹ com a programação de trabalho especificada na LDO (Lei Municipal n.º 1.061/2021), tem-se que o PL obedece ao comando constitucional (art. 167, I).

Ademais, solicita a **autorização legislativa prévia** para a abertura de crédito especial, **indicando os recursos** correspondentes para dar cobertura, em consonância com o art. 167, V, CF.

No mais, frente às disposições da Lei n.º 4.320/1964 sobre créditos adicionais, cujo teor segue abaixo, tem-se que a proposição observa as normativas vigentes.

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

¹ Lei Municipal n.º 1.067/2021: [...] Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal n.º 1.061/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2022, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA VISTA DO SUL

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (*grifos meus*)

Por fim, verifica-se que o PL está acompanhado da exposição de motivos, assim como de um Anexo Único de “CONTROLE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2021.– PODER EXECUTIVO”.

III. Conclusão

Considerando os fundamentos legais e constitucionais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, esta Assessoria Jurídica **opina favoravelmente à tramitação da matéria** no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Por fim, impende comentar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação legítima do Parlamento. Dessa forma, a **opinião** jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer que submeto às considerações da Comissão Geral de Pareceres.

Boa Vista do Sul (RS), 23 de junho de 2022.

Rosângela Bissolotti

Assessora Jurídica – OAB/RS 109.521